

Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mencionado decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, o qual produz efeitos imediatos.

[...]

1 de novembro de 2013. — O Presidente da Câmara, *Dr. Basílio Horta*.

ANEXO

Nota Curricular

Dados Pessoais:

Nome — Vasco Miguel da Silva Alves.
Data de nascimento — 25 de agosto de 1974.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Relações Internacionais — Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

Experiência profissional:

Desde agosto de 2005 — Funcionário da Câmara Municipal de Sintra — Divisão de Bibliotecas e Divisão de Juventude e Desporto.

Experiência autárquica:

De 2009 a 2013 — Deputado Municipal — Assembleia Municipal de Sintra;

De 2005 a 2009 — Membro da Assembleia de Freguesia de São João das Lampas;

Membro da Comissão Permanente de Assuntos Sociais (Habitação, Saúde, Cultura, Turismo e Desporto) — Assembleia Municipal de Sintra;

Membro Suplente da Comissão Permanente de Educação, Juventude e Emprego da Assembleia Municipal de Sintra.”

7 de novembro de 2013. — A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, *Maria de Jesus Gomes*, por subdelegação de competências, conferida pelo despacho n.º 1-PM/2013, de 29 de outubro.

307392096

Aviso n.º 14737/2013

Em cumprimento do disposto no n.º 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pelo artigo 7.º da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, adaptada à administração local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a seguir se publica o despacho de designação, em regime de comissão de serviço, de 4 de novembro de 2013, com produção de efeitos a 2 de dezembro de 2013, pelo período de três anos, de Luís Moisés Morais Afonso no cargo de coordenador do Serviço de Polícia Municipal e de Fiscalização, e respetiva nota curricular:

«No uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em conformidade com o disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pelo artigo 7.º da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, adaptada à administração local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, e considerando que:

O procedimento concursal tendente ao provimento, em regime de comissão de serviço, do cargo de coordenador do Serviço de Polícia Municipal e de Fiscalização, do mapa de pessoal desta Câmara Municipal, foi aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 14 de agosto de 2013; no jornal *Correio da Manhã*, de 7 de agosto de 2013; na bolsa de emprego público, em 19 de agosto de 2013;

Analisadas as candidaturas admitidas no presente procedimento, constatou o júri nomeado para o efeito que o candidato Luís Moisés Morais Afonso reúne todos os requisitos legais para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau — coordenador de serviço equiparado a chefe de divisão, sendo o candidato que melhor corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objetivos do referido Serviço, e tudo nos exatos termos e com a fundamentação melhor explicitada na proposta de designação, formulada pelo júri do presente procedimento, em anexo, em cumprimento do n.º 6 do artigo 21.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que faz parte integrante do presente procedimento e que homologuei à data de 25 de outubro de 2013, tratando-se de candidatura que preenche, assim, as condições para ocupar o cargo, conforme se constata pela nota curricular em anexo:

Designo, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, ao abrigo do disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pelo artigo 7.º da Lei

n.º 64/2011, de 22 de dezembro, adaptada à administração local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, Luís Moisés Morais Afonso, candidato admitido no âmbito do procedimento supra referido, e com fundamento na apreciação final constante na proposta anexa.

O cargo para o qual o candidato é designado foi criado na sequência do processo de reorganização dos serviços, consubstanciado na estrutura nuclear da Câmara Municipal de Sintra, publicitada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 13, de 18 de janeiro de 2013, e concomitante publicação da estrutura flexível da Câmara Municipal de Sintra, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 37, de 21 de fevereiro de 2013, nunca tendo sido provido em regime de comissão de serviço.

O presente despacho produz efeitos a 2 de dezembro de 2013.

4 de novembro de 2013. — O Presidente da Câmara, *Dr. Basílio Horta*.

ANEXO

Nota curricular

Nome — Luís Moisés Morais Afonso.

Data de nascimento — 27 de agosto de 1956.

Habilitações — licenciatura em Direito, pela Universidade de Lisboa, em 1987, com média final de 13 valores.

Categoria — técnico superior (direito) do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Sintra.

Experiência profissional específica: exercício de funções na área de atividade em que se insere o cargo posto a concurso, nos seguintes termos:

Desde fevereiro de 1999 — chefe da Divisão de Fiscalização Municipal da Câmara Municipal de Sintra;

De junho de 2001 a fevereiro de 2002 — coordenador do Serviço de Polícia Municipal da Câmara Municipal de Sintra (em acumulação).»

7 de novembro de 2013. — A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, *Dr.ª Maria de Jesus Camões Coias Gomes*, por subdelegação de competências, conferida pelo despacho n.º 1-PM/2013, de 29 de outubro.

307392233

Aviso (extrato) n.º 14738/2013

No seguimento da ação judicial de impugnação do ato de homologação da lista de classificação final de que foi alvo o processo de concurso interno de acesso limitado para provimento de um lugar de Encarregado Geral, a afetar à Divisão de Oficinas, no âmbito da qual foi proferida sentença datada de 13 de fevereiro de 2012, e em cumprimento do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de dezembro, torna-se público que, por despacho do Exm.º Senhor Presidente da Câmara, de 15 de novembro de 2013, foi nomeado Encarregado Geral, a afetar à Divisão de Oficinas, José António Tomé Teles, primeiro candidato classificado no âmbito do concurso interno de acesso limitado aberto por aviso datado de 2 de fevereiro de 2004 e afixado em 3 de fevereiro de 2004.

O candidato nomeado deverá aceitar a nomeação no prazo de vinte dias a contar da publicação do presente aviso. (Isento de visto prévio do Tribunal de Contas).

14 de novembro de 2013. — A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, *Maria de Jesus Gomes*, por subdelegação de competências, conferida pelo despacho n.º 1-PM/2013, de 29 de outubro.

307412491

MUNICÍPIO DE VALONGO

Despacho n.º 15671/2013

Regulamento da Organização dos Serviços Municipais de Valongo

Estrutura flexível dos serviços municipais, atribuições e competências das respetivas unidades orgânicas

Preâmbulo

O Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, estabeleceu um novo enquadramento jurídico para a organização dos serviços das Autarquias Locais.

De acordo com o referido diploma, a organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica devem orientar-